

Artigo Original

O negro e a representação social da pobreza no Brasil

Black community and the social representation of poverty in Brazil

Pedro Augusto Ponce¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir como a literatura sociológica nacional tratou as questões referentes à integração social do negro no Brasil e, de como, tanto no imaginário popular, quanto em trabalhos acadêmicos a figura do negro sempre esteve relacionada ao “problema da pobreza”. Para tanto, a pesquisa traz uma discussão sobre o conceito sociológico de raça e como se deu a representação social da pobreza, pela literatura nacional. Conclui-se afirmando como pobreza, raça e exclusão social sempre estiveram relacionadas e fortalecem e naturalizam determinados tipos de hierarquização social. Para o desenvolvimento desse trabalho utilizou-se de material bibliográfico, além de dados coletados do IBGE sobre desigualdade social por cor ou raça.

Palavras-chave: greves, setor público, relações de trabalho

ABSTRACT

This article aims to discuss how the national sociological literature dealt with issues related to the social integration of black community in Brazil and how, in both the popular imagination, the academic work, the figure of the black community has always been related to the “problem of poverty”. Therefore, the research brings a discussion about the sociological concept of race and how the social representation of poverty took place, according to national literature. It concludes by stating how poverty, race and social exclusion have always been related and strengthen and naturalize types of social

¹ Docente do curso de Direito da Faculdade Cerrado, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: Pedro.cso@gmail.com

hierarchy. For the development of this work, bibliographic material was used, in addition to data collected from IBGE on social inequality by color or race.

Keywords: Strikes. Public Sector. Work Relations

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar, com base no debate teórico sobre raça, os problemas referentes à integração social do negro no Brasil, e de como, tanto no imaginário popular, quanto em trabalhos acadêmicos, a figura do negro sempre esteve relacionada à pobreza e à miséria. Nossa argumento é de que esses argumentos reforçaram formas de simbolização e formas coletivas de classificação e hierarquização, que resultam em comportamentos discriminatórios.

Primeiramente, é possível reconhecer três principais paradigmas de interpretação nos estudos de relações raciais no Brasil. O primeiro, está relacionado aos trabalhos de Gilberto Freyre, vinculando o debate das relações raciais a questão nacional; o segundo paradigma está relacionado às obras de Florestan Fernandes, permitindo que o negro retraçasse as fronteiras étnico/raciais e, por fim, com Carlos Hasenbalg, possibilitando novos contornos de um marco normativo de correção das injustiças econômicas e simbólicas provocadas pelo racismo.

No final da década de 1970, Hasenbalg retorna criticamente as posições de Florestan Fernandes para mostrar que raça operou e opera como critério adscritivo na alocação diferencial de posições de negros e brancos no mercado de trabalho. Os trabalhos posteriores têm sido marcados pelo detalhamento aprofundado na detecção do grau de desigualdade, isto é, quais são as condições de vida ou de sobrevivência da população negra.

O debate sobre raça sempre esteve presente nas discussões sobre o Brasil e sobre a formação de uma identidade nacional. Nos anos 1930, a questão que se colocava no debate nacional se referia a Raça e Nação, nos anos 1950, com o projeto UNESCO, e os trabalhos de Fernandes, vinculou-se Raça e Classe. Os anos 1980, são caracterizados por um novo debate referente à questão de Raça e Democracia.

No plano teórico, pode-se observar, desde o século passado um constante processo de questionamento de vivermos em uma nação harmonizada pela fusão de três diferentes raças (negros, portugueses e indígenas) que nos legaria uma democracia racial, porém, no

plano empírico, pode-se facilmente perceber, por meio de dados estatísticos, as imensas desvantagens que os negros sofrem em relação aos brancos. Desvantagens estas, que na vida prática se traduzem em desigualdades. As reações a essas desigualdades podem ser observadas hoje, tanto nas respostas dadas pelo Estado, que passou a reconhecer a existência do racismo e da discriminação étnico/racial quanto nas ações do movimento negro.

1. O debate teórico de raça

É inegável hoje, a existência de um problema entre brancos e não brancos em nosso país. Dados estatísticos mostram de maneira irrefutável como os negros têm ocupado as piores posições no mercado de trabalho no Brasil. Tal desigualdade é resultado de uma “sutil estrutura profunda” (Silvério 2004), na qual repousam as ações afirmativas baseadas no racismo e no pertencimento grupal que perpassam nossas relações sociais desde muito tempo. Atualmente, as denúncias do movimento negro têm colocado em evidência tanto a refutação do mito da igualdade no tratamento entre raças como a recente polêmica sobre o uso do termo raça no debate contemporâneo.

O debate abre a possibilidade para o deslocamento de uma ideia de “nação mestiça” para “nação multirracial”, tal fato, porém, assume duas implicações: primeiramente, se torna necessário reconhecer as diferenças étnico/raciais como constitutivas e perenes na construção da nação brasileira e no âmbito econômico, jurídico, político, assim como, equacionar a universalização da cidadania com base nas diferenças construídas socialmente ou inatas, que continuam a reproduzir discriminações negativas possibilitando injustiças econômicas e simbólicas.

Ao analisar a literatura histórica em relação ao tratamento dispensado às populações não-brancas, em especial do negro na formação da nação brasileira, Silvério (2004) chega as seguintes conclusões:

- a) Há um continuum ideológico que procura excluir ou minimizar a contribuição dos não-brancos a dinâmica social;
- b) está associada a uma visão de que os negros, mestiços, índios são elementos bárbaros, pagãos, gentios, em geral sem capacidade civilizadora;
- c) a ideologia religiosa serviu como anteparo que justifica a escravidão dos filhos de Cam;
- d) os historiadores analisados concordam que o negro não tinha condições de dirigir a sociedade;
- e) para Silvério (2004), antes do século XIX não há um racismo racializado

e sistematizado, mas um racismo larvar, indefinido, que era identificado pela situação de barbárie dessas populações, fato que explicaria sua subalternização e discriminação.

Silvério (2004), afirma que, as correntes científicas que procuravam mostrar, por meio de categorias evolucionistas que o negro fora escravizado e dominado na África devido a razões de inferioridade racial, e por isso seus equipamentos psicológicos e morais não eram suficientemente bons para acompanhar o processo civilizatório, datam do século XIX, no entanto, o capitalismo, por sua vez, foi responsável por montar toda uma arquitetura teórica que justificaria cientificamente o que antes era justificado por discursos morais. Data, portanto, do século XX, a contestação e o deslocamento da ideia de raça reivindicada pela biologia.

Acerca da realidade que enfrentamos no Brasil atualmente pode-se facilmente observar o fato de ser a partir do critério “cor”, que se plasmam as hierarquias sociais em nosso país, o que torna evidente a enorme exclusão social e locacional que a população negra está submetida e a vinculação intrínseca entre pobreza, raça e exclusão social.

2. A atribuição sociológica de raça

No âmbito das ciências, data de 1950 as primeiras contestações sobre raça ser uma categoria explicativa do mundo social. Deixa então, de ser explicada do ponto de vista biológico, para ser analisada a partir de uma perspectiva cultural. Tais constatações abrem a possibilidade para refletir acerca de duas questões básicas: 1) Se não há raça, então como explicar as desigualdades de grupos no interior das nações e, 2) como a sociologia vai se posicionar frente a essa questão?

Partindo da premissa de que há desigualdades entre grupos em um mesmo Estado nacional, Fernandes (2007) afirma que tais desigualdades podem ser resolvidas por meio da dimensão econômica (questões decorrentes de condições de saúde e educação), atribuindo assim uma matriz econômica para o problema racial. Para o autor, o contexto social é marcado por distinções materiais de modo que o preconceito é descrito a partir de uma perspectiva objetiva e não subjetiva. É somente a partir do pós-guerra, com o Holocausto nazista, que as ideias de integração social, assimilação cultural e o desenvolvimento da possibilidade de uma realidade igualitária substantiva é colocada em questão. O projeto UNESCO, nos anos 1950, é em última análise, resultado do problema do Holocausto, de modo que a questão passava a ser localizar experiências satisfatórias ou de sucesso de acomodação racial. Dessa forma, o Brasil entra no estudo como o país

que melhor regularia as questões raciais, ou seja, um país que já havia equacionado a questão racial.

Para Fernandes (2007) o preconceito racial se constitui como a chave para se entender porque que a integração econômica não ocorre no Brasil. Tal preconceito se formula a partir da formação de esteriótipos constituídos no período colonial.

As questões referentes à atribuição sociológica do termo raça se baseiam na ideia de que não é necessário um acordo científico da existência ou não de raça à medida que esta está inserida no cotidiano das pessoas. À medida que essa categoria é atribuída à outra pessoa, torna-se passível de análise sociológica. A justificativa para a retenção do termo se dá à medida que raça é um fato social.

A sociologia reporta então a dimensão simbólica da cultura para a retenção do termo raça. As atribuições feitas aos índios como selvagens, aos negros como não racionais ou aos brancos como racionais não se extinguem à medida que a categoria raça deixa de existir. A explicação está, assim, na cultura, à medida que há uma retenção do significado de raça. Para a sociologia raça só pode ser estudada como efeito de discurso, de modo que é a retenção de características discursivas que criam hierarquias entre as “raças”.

No entanto, a negação em si não foi suficiente para inibir o surgimento de formas de simbolização que recriem um mundo em que a raça enquanto uma construção científico-social datada deixe de operar como um marcador fundamental da experiência sócio histórica dos vários grupos étnico/raciais que passaram a formar os novos Estados nacionais, em especial naquelas nações em que o processo de colonização forçou a convivência, normalmente, de forma violenta de uma diversidade de povos com experiências culturais distintas”.(Silvério, 2004, p. 154).

A forma assimétrica com que se deu o encontro de diferentes tradições culturais no mundo, impulsionadas pelo processo de colonização da Ásia, África e América, foi responsável pela configuração de uma métrica da qual diferenças inatas se transformaram em índices de superioridade entre grupos portadores de origens étnico/raciais distintas. Os valores europeus transformaram-se então, em valores “paradigmáticos” frente à polarização que se estabelecia entre europeus e não europeus.

No âmbito nacional, a principal questão colocada é a de identificar, no momento de transição de um discurso teológico para um discurso científico, os discursos e as

simbolizações em disputa. Aí estaria a forma de inclusão ou exclusão que tais grupos, principalmente os negros teriam no interior da sociedade capitalista.

O que se percebe, no entanto, é que a categoria raça continua sendo o elemento maior da realidade social, empregando categorias físicas visíveis que possibilitam formas coletivas de classificação e hierarquização, que por sua vez geram comportamentos discriminatórios.

3. A representação social da pobreza no pensamento social brasileiro

Frente à breve exposição acerca do debate teórico de raça, cabe-nos analisar agora, as representações que a pobreza assume no pensamento social brasileiro, sua vinculação com o preconceito racial e como se estrutura o problema da integração social do negro em nosso país.

Sprandel (2006) afirma que a pobreza não foi a atriz principal dos grandes debates nacionais, configurou-se antes disso com um cenário imóvel, uma eterna coadjuvante, que tinha como função apoiar os grandes atores como raça, povo e organização nacional. No contexto do pós Segunda Guerra, restaria a nós saber, frente à configuração racial que nos coube, se teríamos condições de nos transformar algum dia em uma sociedade democrática. As questões que se colocavam eram as de que se a população brasileira poderia ser chamada de “povo”, ou se era ou não “triste” e, se a ausência de organização nos inviabilizaria para a humanidade.

No embate teórico da época, a pobreza é sempre analisada como sendo perigosa e como resultado da mestiçagem e da escravidão, de modo que os moradores do interior eram analisados pelas suas apatias, tristezas e doenças. Porém, a principal discussão que se colocava no cenário era acerca da raça. Como afirma Freyre (2006), o clima já se constituía como um problema para o desenvolvimento da nação, e a existência de tantos africanos misturando seu sangue com portugueses e índios desafiava todos os princípios genéticos vigentes. Nesse modelo, a pobreza se constituía como uma coadjuvante, se não uma decorrência da mestiçagem de raças antagônicas, o que possibilitou ao Brasil ser considerado por europeus como um caso único e singular de miscigenação racial.

O papel central que a discussão de raça assumiu na virada do século XIX para o XX aponta para a importância e permanência do tema no imaginário intelectual do país. Dos anos de 1870 a 1930, intelectuais escolheram um modelo racial positivista e determinista para explicar e modificar os destinos da nação. Como afirma Sprandel

(2006), tais discussões sobre raça e sangue ajudaram a justificar teoricamente a aguda diferenciação social existente, ocultando e justificando o pobre no negro ou no mestiço. A raça, como fator explicativo da pobreza, permanecia forte, notadamente no sentido de desviar as atenções das hierarquias econômicas e sociais.

4. O problema da integração social do negro no Brasil

Como foi mostrado, pode-se destacar claramente a vinculação de três problemas históricos característicos do tipo de formação que fomos condicionados: raça, pobreza e exclusão social da população negra. Problemas estes que, intrinsecamente ligados à forma pela qual as hierarquias sociais são construídas no Brasil, se constituem hoje como obstáculos para a aquisição de direitos e para a consolidação democrática.

No interior do debate acadêmico contemporâneo, há diversos autores que defenderão a tese de que o principal problema enfrentado no país é a pobreza, argumentando que o tipo de hierarquia que se construiu no Brasil pode ser solucionado apenas do ponto de vista distributivo. Em outro pólo, estão aqueles que admitem que o principal problema enfrentado é a integração da população negra, admitindo assim, que o tipo de hierarquização que se deu no Brasil é construído a partir da origem e não se resolve apenas do ponto de vista distributivo. Deve-se destacar que a redistribuição continua sendo peça fundamental, mas não resolve o problema da hierarquização. A análise do tema deve-se centrar no fato de como a marca gera e opera em determinados momentos históricos, levando a arranjos hierarquizados, o que possibilita a exclusão social e locacional da população não branca no Brasil. Quando tratamos de raça ou gênero, diferentemente da categoria classe, estamos falando de categorias onde se tem uma marca física ou inata como modo de construir hierarquias.

As hierarquias sociais que são construídas em nosso país reportam a origem, por meio de uma “seletividade no interior da mestiçagem” de modo que os mais próximos aos estereótipos africanos sofrerão maior discriminação, formas estas, tão naturalizadas no cotidiano, que impedem sua fácil visualização. Tais considerações nos remetem a outro ponto da análise, a medida que tais arranjos hierarquizados estão intrinsecamente vinculados aos processos de formação das identidades, que assumem por sua vez, substrato político.

4.1. O processo de formação identitária

A partir do momento em que afirmamos que no Brasil as hierarquias sociais são construídas por meio da origem, deve-se ressaltar agora que a revisão das origens de raça abre-nos a possibilidade de uma identificação positiva e por sua vez política da mesma, o que leva a criação das identidades.

Nota-se, em nosso país, um movimento intenso no sentido da criação de uma identificação positiva da origem e das identidades, de modo que tal ação de identificação e de busca de um passado positivo torna-se fundamental para a reconstituição dos sujeitos. Podemos ressaltar o fato de que no Brasil, os negros vão buscar sua identificação na África, por exemplo, fora do território nacional.

Se reconhecermos que a luta pela cidadania no Estado Liberal implica em um reconhecimento das diferenças, podemos assumir que, nesse sentido o Brasil está em pleno processo de mudança, da qual os direitos assumem papel fundamental. Perspectiva esta, advinda dos movimentos identitários, que abrem a possibilidade para leituras da dinâmica brasileira a partir de categorias como raça, gênero ou classe.

Se voltarmos aos trabalhos de Gilberto Freyre, veremos que o mito da democracia racial se constitui o momento em que havia uma busca a formação do mestiço, de modo que, o mestiço se torna o brasileiro, fato este, que aponta para um total “apagamento” das origens. Freyre possibilitou uma releitura da categoria raça, substituindo explicações essencialistas para explicações culturais.

O que ocorre hoje, no entanto, é completamente diferente e nos deparamos com outra realidade, da qual raça assume uma conotação política. Dessa forma a identificação positiva das origens e a politização das identidades adquirem um caráter político de reivindicação por direitos e luta por cidadania.

5. Conclusão

Este trabalho procurou mostrar como as questões de pobreza, raça e exclusão social se relacionam, de modo que, o tipo de hierarquização que fomos submetidos excluiu a população negra do ponto de vista social e locacional e possibilitou um tipo de relação que assume uma forma naturalizada na dinâmica das relações sociais do país.

Procurou-se salientar o fato de que os processos de identificação remetem primeiramente as comunidades de origem, de modo que o desenvolvimento do “eu interno” passa pelas possibilidades de reconhecimento de suas comunidades frente à sociedade. Deve-se concluir com a constatação de que a questão identitária está na chave da diferença, de

modo que se ela é uma construção social deve ser pensada do ponto de vista político, na desconstrução das hierarquias. Politizar as identidades significa reivindicar uma participação no uso dos recursos que são escassos, gerando um tipo de equidade visível na sociedade.

Nessa perspectiva devemos por fim ressaltar as ações do movimento negro no Brasil como sendo vitoriosas, por terem interferido cada vez mais, no âmbito das leis e da constituição. Os movimentos afirmativos têm chamado a atenção à criação de um olhar para a ausência, perguntar por que determinados grupos não estão em determinados lugares ou não assumem determinadas posições no mercado de trabalho. A afirmação racial é necessária para se operacionalizar e viabilizar a luta política, por outro lado, a desconstrução da raça deve-se dar no âmbito prático para que haja então a desconstrução das hierarquias sociais que há tanto tempo estamos submetidos.

Referências Bibliográficas

FRY, Peter. “O significado da anemia falciforme no contexto da ‘política racial’ do governo brasileiro 1995-2004”. História, ciências, Saúde – Manguinhos, v.12, n.2. p 374-70, maio-ago.2005.

GUIMARAES, A. S. A. “Preconceito de cor e racismo no Brasil”. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2004. v.47. n.º 1.

SCHWARTZ, L. “Questão Racial e etnicidade “ In: O que ler nas ciências social brasileira (1970-1995). Vol. I.1999.

SILVÉRIO, Valter Roberto. “O movimento negro e os novos contornos do debate brasileiro sobre raça, etnia e democracia”. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, p. 1 a 30. Setembro 2004.

SPRANDEL, Márcia Anita. “Nossos pobres ou nosso povo? Contribuição para o debate sobre políticas sociais no Brasil” Inclusão Social, Brasília, v.1, n.2, p. 83-87, abr. set. 2006.

VARGAS, João H. Costa. “Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro”. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2005. v.48, n.º 1.